

Cidadania contra a democracia: as contradições comunicacionais dos movimentos sociais no Brasil, de Dilma Rousseff a Jair Bolsonaro

Luiz Signates
Maiara Raquel Campos Leal

Resumo

O objetivo geral do artigo é explorar algumas contradições comunicacionais dos movimentos sociais conservadores que atuaram no Brasil na última década, mais especificamente, entre o segundo mandato de Dilma Rousseff até o atual governo de Jair Bolsonaro (2015-2020), situando também como as particularidades da cultura política no país se refletem na relação conflituosa entre cidadania e democracia, que se agravou no contexto pandêmico, principalmente pela influência das redes sociais. Buscamos delinear os sentidos comunicacionais que foram acionados por esses coletivos e ativismos durante o período, já que representam os dispositivos comunicacionais de luta pela legitimação dentro da condição democrática. Concluímos afirmando que a democracia brasileira ainda não é uma experiência cidadã, ou que a cidadania brasileira não é uma experiência democrática, principalmente devido à falta de comunicabilidade nos laços que unem as duas condições na vivência social da população.

Abstract

The general objective of the article is to explore some communicational contradictions of the conservative social movements that acted in Brazil in the last decade, more specifically, between Dilma Rousseff's second term in office until the second year of Jair Bolsonaro's current government (2015-2020), also situating how the particularities of political culture in the country are reflected in the conflicting relationship between citizenship and democracy, which has worsened in the pandemic context, mainly by the influence of social networks. We seek to delineate the communicational meanings that were unleashed by these collectives and activisms during the period, as they represent the communicational devices of struggle for legitimization within the democratic condition. We conclude by stating that Brazilian democracy is not yet a citizen experience, or that Brazilian citizenship is not a democratic experience, mainly due to the lack of communicability in the ties that unite the two conditions in the social experience of the population.

Ora, reconhecemos uma revolução quando podemos assinalar duas dinâmicas: uma, que é aquela das contradições nessa sociedade, aquela da luta de classes ou de grandes afrontamentos sociais. Em seguida, uma dinâmica política, quer dizer, a presença de uma vanguarda, classe, partido ou ideologia política, enfim, uma ponta de lança que carrega consigo toda a nação (Foucault, 2013, p.259).¹

A ponta de lança no impeachment de Dilma Rousseff

Não é simples compreender o que houve com o Brasil, desde o impeachment de Dilma Rousseff até as características que envolvem a cultura política no governo Bolsonaro. No âmbito das aparências, podemos distinguir talvez uma espécie de “revolução” no cenário político brasileiro, que começaria com a contestação da vitória do PT nas urnas ainda no final de 2014, pelo o então candidato derrotado, Aécio Neves, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), e a fundação de um cenário que possibilitou também o surgimento de uma espécie de vanguarda posicionada como uma nova vertente de movimentos sociais, cumprindo papel decisivo nas mobilizações sociais de rua que apoiavam o impeachment da ex-presidenta, com destaque para o Movimento Brasil Livre (MBL), o Vem Pra Rua, o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) e os Revoltados Online. E, como pano de fundo da produção ideológica, o slogan que alimentou a ação e o apoio popular, o combate à corrupção no país.

Uma revolução? Talvez não. Mas, seguramente, o que esse cenário pós-eleição de 2014 trouxe à tona foi a grave crise política que o país enfrentava, cujas características repercutiam um momento específico no mundo, com a ascensão de governos inclinados à extrema direita do espectro político. No plano internacional, as tendências autoritárias eram alimentadas por dois eventos determinantes: a vitória do *Brexit* no Reino Unido e a eleição de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos, ambos em 2016, alimentadas ambas pelas estratégias de produção de fake news da Cambridge Analytica.

O interesse deste trabalho sobre esse contexto repousa na inesperada contestação dos princípios democráticos, na emergência cada vez mais forte na esfera pública de um tipo de

¹ Esta citação foi utilizada como epígrafe na dissertação de mestrado de um dos autores deste trabalho. A banca de defesa, em agosto de 2018, alertou que não se sabia a dimensão do que aquele texto significaria nos próximos anos na cultura política do país, já que o contexto da pesquisa abordava as controvérsias discursivas polarizadas pelos movimentos sociais que atuaram pró e contra o impeachment de Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT) entre 2015 e 2016, cenário que deixou marcas profundas no comportamento político do brasileiro.

cidadão crescente desconfiado das instituições e dos políticos. O fenômeno destacado por Chauí (1995), de movimentos sociais e sindicais que, no final do período militar, se responsabilizaram por impulsionar a democratização do Brasil, altera-se nos ativismos mais recentes, que contestam a própria democracia e polarizam fortemente as tensões direita/esquerda do discurso político.

A questão discutida por Chauí há 25 anos, da urgência de se criar uma cultura política no país, mantém-se altamente relevante, na medida em que perseveram ou tornam-se ainda mais agudas as condições históricas de desigualdade social e econômica às quais os brasileiros são submetidos. O diferencial a ser estudado, contudo, é a persistência contraditória de um imaginário altamente conservador, num quadro muito claro de forte e rápida degradação social, que culminou com a ascensão certamente inesperada de um deputado medíocre, pertencente ao baixo clero da Câmara Federal, ao posto mais alto da nação. Jair Bolsonaro assumiria a ponta de lança de um país em crise e patrocinaria um aprofundamento ainda maior dela pela movimentação explícita do extremismo ideológico e ações anticivilizatórias, mesmo em meio a uma pandemia mundial, que no Brasil avança sem solução com a morte de centenas de milhares de brasileiros.

Compreender o que aconteceu parece ser uma urgência indeclinável, para os estudos de cultura política. Este trabalho procura elucidar as características envolvidas na formação de movimentos sociais e ativismos com bandeiras conservadoras da última década. Nesse sentido, o objetivo é apontar as principais contradições presentes nas mobilizações sociais de direita no Brasil que atuaram mais especificamente, entre o período do impeachment de Dilma Rousseff aos movimentos negacionistas em 2020. E, com isso, distinguir quais sentidos comunicacionais podem ser atribuídos à cultura dos movimentos sociais e como essa dinâmica tem refletido na democracia e cidadania do país na última década. Parte-se, pois, do princípio de que cultura política e comunicação têm injunções teóricas que devem ser deslindadas, de modo a contribuir para a compreensão do que, afinal de contas, acontece com o Brasil nos dias de hoje.

Cultura política, comunicação e democracia no Brasil

Os estudos que envolvem o conceito de cultura são variados e tem relação direta com os valores sociais, costumes, normas, crenças, tradições, moral, hábitos, instituições, leis, etc., que são compartilhados coletivamente por indivíduos de uma mesma sociedade. A cultura não é estática, se modificando na medida em que a sociedade se altera, no espaço e no tempo. Apesar de expressar algo coletivo, cada indivíduo ou grupo assimila a sua cultura

de determinada maneira, especialmente em países de território extenso, nos quais diferentes povos cultivam culturas distintas, como ocorre com o Brasil, no qual as regionalidades culturais mestiças convivem e conflitam com a sobrevivência possível das culturas originais decorrentes da resistência das populações indígenas em suas variadas etnias.

A articulação das culturas no espaço-tempo das sociedades é um fenômeno especificamente comunicacional que está longe de ser pacífico ou equânime. A comunicação que aqui se conceitua é o movimento de compartilhamento de sentidos coletivos, a criação contínua de situações sociais que viabilizam trocas simbólicas, contextos que, desde o final do século XIX no mundo vem sendo marcada pela presença cada vez mais socialmente capilarizada de sistemas eletrônicos de interação, organizados em torno de instituições midiáticas de grande penetração popular.

Do telégrafo à internet, as relações sociais têm se alterado profundamente, interferindo em praticamente todos os modos de produção de sentido, dos relacionamentos privados às significações públicas. Nada parecido com o sonho de Marshall McLuhan, o estudioso canadense de tecnologia e cultura, que brilhantemente percebeu pela observação da eletricidade que os ambientes tecnológicos se tornavam a própria mensagem a ser compreendida, mas ingenuamente considerava que o percurso de interligações conduziria o mundo a se tornar algo parecido a uma aldeia global (McLuhan, 2005). O processo de alta interatividade propiciado pelas redes agudiza a conflitualidade, generaliza a produção da violência, ao mesmo tempo que propicia trocas culturais nem sempre espontâneas, destruindo e reconstruindo processos culturais nem sempre pacíficos ou tendentes à homeostase prevista pelo conservadorismo funcionalista.

Em países como o Brasil, tais contradições são aprofundadas por condições pré-civilizatórias de baixa vivência cidadã. Segundo Chauí (1995), para existir uma cultura política no país é necessário estimular diferentes formas de auto-organização da sociedade, sobretudo das camadas mais populares, despertando o sentimento e a prática da cidadania participativa, principalmente, porque a sociedade brasileira tem como características estruturais o autoritarismo, baseada em relações patrimonialistas, clientelistas e machistas, por vezes, assumindo formas de opressão contra o outro. Entretanto, a filósofa deixa claro que temos uma “incapacidade para operar o princípio liberal da igualdade formal e para lutar pelo princípio socialista da igualdade real [...] para os grandes, a lei é privilégio; para as camadas populares, repressão” (Chauí, 1995, p.75), o que acaba restringindo as condições de cidadania no país.

No âmbito dos estudos de comunicação e cultura, podemos situar a repressão como a busca pelo silenciamento de um indivíduo, causa ou grupo. Nesse sentido, Signates e Moraes (2016, p.34) ressaltam que “negar a comunicabilidade a um sujeito, dentro de uma sociedade de direitos, é negar-lhe a própria cidadania”, alargando os quadros de análise da desigualdade política e social no país. Estes autores defendem que, seja qual for a definição de cidadania, os processos comunicacionais se inserem na gênese de discussão, já que a comunicação se refere a “todo e qualquer processo de troca simbólica capaz de gerar algum tipo de vínculo social” (Signates e Moraes, 2016, p.24).

Nas palavras de Chauí (1995, p.75), não existiria a “percepção social de uma esfera pública das opiniões, da sociabilidade coletiva, da rua como espaço comum, assim como não há percepção dos direitos à privacidade e à intimidade”. Isso evidencia ainda mais a percepção da incapacidade social de trabalhar as contradições, os conflitos sociais, econômicos e políticos, razão pela qual tais fenômenos são geralmente respondidos com truculência policial, com a mesma incapacidade de lidar com os movimentos populares e sociais, vistos como perigosos pelo Estado e mercado. Importante frisar a peculiaridade de que essa relação que se alterou, sempre que as manifestações foram de cunho conservador ou de direita, com um posicionamento mais tolerante da polícia para com esses grupos.

Baquero (2001) afirma que o Brasil enfrenta dificuldades para a formação de uma cultura política cidadã participativa, porque os partidos políticos (caracterizados pela ausência de solidez), que fazem a intermediação da sociedade com o Estado, operam a partir de laços sociais igualmente frágeis e num quadro de crescente individualismo, o que faz os interesses privados se sobressaiam sobre os interesses públicos, afetando diretamente a qualidade da democracia. Destaca, nesse sentido, ser possível observar “uma adaptação das instituições democráticas a uma prática de uso de procedimentos antidemocráticos que pervertem a representação política, gerando dúvidas e incertezas sobre o futuro da democracia” (Baquero, 2001, p.98).

Essa concepção não se concretiza em grandes rupturas, mas reproduz a “indiferença, apatia e distanciamento da arena política” (Baquero, 2001, p. 98), alimentando a crença que não adianta agir para alterar o *status quo* da política. De acordo com Signates (2012), devemos colocar a comunicação no centro do debate sobre democracia, ao invés de situá-la como mero instrumento para explicar algum fenômeno social. O autor defende que os processos comunicacionais estão no centro das transformações sociais, políticas e culturais das sociedades contemporâneas. Pontua, assim, que devemos enxergar as possibilidades da

democracia na comunicação e em suas relações efetivas, as quais podem ser sintetizadas em três aspectos:

Primeiro, a comunicação, no plano social, como modo de ser da democracia; segundo, no plano político, a comunicação como garantidora do regime democrático; e, como consequência teórica das duas razões anteriores, terceiro e último, no âmbito das práticas governamentais, a comunicação como política pública. (Signates, 2012, p.11).

Assim como o conceito de comunicação é muito utilizado para explicar os fenômenos sociais, a democracia também é um termo que perpassa diferentes correntes teóricas e áreas do saber, nas quais a “priorização do cidadão, do povo, da sociedade ante o Estado e as demais instituições, das bases sociais perante as estruturas de poder, constitui o fundamento inicial do significado de democracia, qualquer seja a teorização a que se venha a recorrer” (Signates, 2012, p.11). Várias contradições perpassam as democracias contemporâneas, inclusive na América Latina, onde ocorrem certas particularidades, que mesclam elementos autoritários e arcaicos com elementos modernos, articulados comunicacionalmente de forma conflitiva. Signates pontua, nesse sentido, que a experiência comunicacional está, por isso, no centro mesmo do conceito de democracia.

A comunicação é, pois, não apenas um componente da democracia, mas o seu próprio modo de ser, nas instituições, nos grupos sociais e na sociedade como um todo. Em outras palavras, será tão mais democrática uma sociedade, quanto forem livres e fortes os processos de produção e circulação social dos sentidos. E, em contrapartida, será mais autoritária e antidemocrática uma sociedade, quanto os modos de comunicação forem reduzidos ao silêncio ou impedidos de circular, pela ação violenta dos sistemas de poder. Somente pela comunicação, a democracia adquire condições de se realizar como tal, na medida em que passe a imperar a solução não violenta dos conflitos, ao se tornarem mediados pela linguagem, seja pelo jogo argumentativo, seja pela disputa das imagens, em público. (Signates, 2012, p.12-13).

Baquero (2001) sustenta que o brasileiro alimenta instituições antidemocráticas, quando naturaliza a violência como estratégia política, admitindo que as instituições sirvam para a realização de ‘linchamentos’. Tais posições são fortemente influenciadas pelas redes sociais, sempre que os conteúdos são expressos sob a forma de vinganças e ódios de todas as espécies, o que acabou contaminando as eleições de 2018 no Brasil, sediando um tipo extremo de divisão ideológica e política, que envolveu não apenas instâncias específicas ou

especializadas do fazer político, mas, também, ciclos familiares, de amizades, comerciais e de trabalho. A emergência de uma polaridade discursiva e conflituosa quase perene na sociedade, muitas em torno da própria noção de democracia e de seus princípios de igualdade e liberdade, alimenta uma busca incessante do silenciamento violento do outro. A negação comunicacional, como foi dito, constitui a negação imediata de sua própria condição de cidadão.

A recente democracia brasileira é conhecida pela presença dos movimentos e atores sociais, que exerceram pressão em diferentes momentos históricos, com tendências progressivas em suas demandas, mas que foi sendo resignificada a partir de demandas conservadoras após as Jornadas de Junho de 2013. Durante os protestos de rua a favor do impeachment, anos depois, já era possível identificar um apreço e saudosismo em relação à Ditadura Militar (Signates, 2019), que se intensificou durante a campanha política de 2018, período em que as pautas conservadoras “saíram todas do armário”, como a defesa da família tradicional, discursos contra o aborto, diminuição da maioria penal, segurança pública, escola sem partido, ideologia de gênero, porte de armas, privatização, etc.

Para Chauí (1995), no Brasil existe a naturalização da violência, das desigualdades econômicas e sociais, e um apego excessivo ao prestígio e poder, o que faz perpetuar relações classistas e racistas, pautadas em discriminação e desigualdade de renda. Ressalta ainda que as classes políticas no país têm características oligárquicas e regionais, mantendo quatro principais tipos de relação com os eleitores: “a de cooptação, a de favor e clientela, a de tutela e a da promessa salvacionista ou messiânica” (Chauí, 1995, p.77). É indiscutível que esta última característica foi um dos fatores que impulsionou Jair Bolsonaro rumo à vitória, a partir da promessa de um governo que ‘salvaria’ o país dos “corruptos e comunistas”, associados ao PT e à esquerda. Além disso, o seu nome do meio é Messias, o que atribui um tom místico à narrativa salvacionista, tendo sido apelidado de ‘mito’ por seus apoiadores, características que, reunidas, selaram o caráter messiânico de sua personalidade e contribuíram para sua ascensão ao poder.

No ano de 2019, o Barômetro das Américas elaborado pelo Centro de Política e Economia do Setor Público (CEPESP), e patrocinado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) realizou uma pesquisa sobre Opinião Pública, na qual foi possível perceber alterações no modo de enxergar a democracia no país. Era o início de um novo projeto de gestão, com um governo com posições extremistas e contraditórias, focado no liberalismo econômico e na moralização violenta dos costumes. Em uma escala de autoposicionamento entre direita e esquerda, a pesquisa visualizou o reposicionamento da sociedade brasileira nos últimos

anos, com forte queda entre os declarantes de centro, ascensão da esquerda entre 2011 a 2017, com queda nos anos subsequentes e certa estabilidade da direita. Mas, a partir de 2017, aumenta o número de autoposicionados de direita, consolidando-se como maioria nas eleições de 2018, quando elegeram Jair Bolsonaro para presidente.

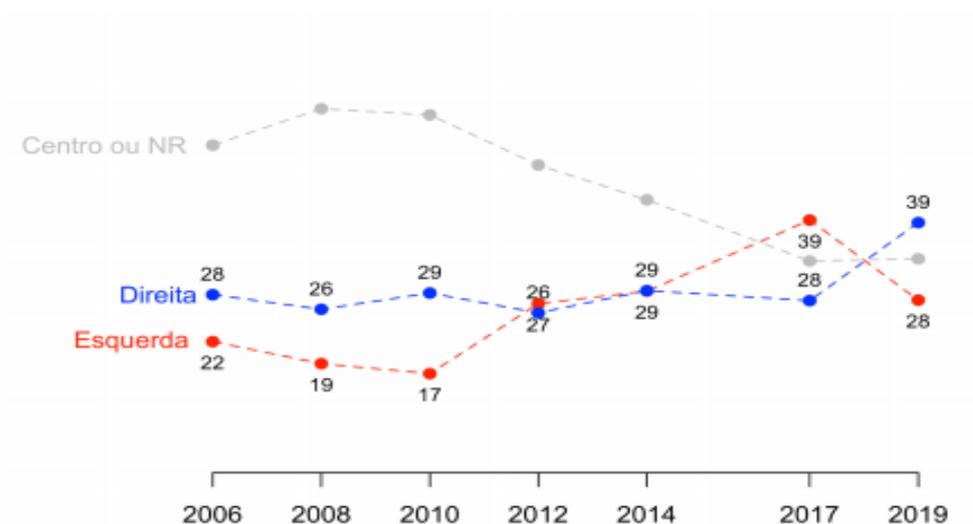


Figura 1: Autoposicionamento na escala esquerda-direita - FGV.

Fonte: Lapop – (Avelino, 2019).

Nos dados do Lapop (Avelino, 2019), quando a pergunta tematizou a satisfação com a democracia, 58% disseram estar insatisfeitos, enquanto 42% se mostraram satisfeitos. Em referência aos eixos esquerda-direita, 50% dos entrevistados que se declaram de direita se dizem satisfeitos com a democracia, enquanto 35% dos de esquerda demonstraram satisfação com esse modelo no Brasil. Outra questão interessante é sobre se justificaria dissolver o Superior Tribunal Federal (STF): apesar de 62% negarem essa possibilidade, assim que a pergunta foi feita no período dos eixos polarizados, a aprovação de dissolução do órgão alcançou 52% dos eleitores da direita, enquanto mal passava de 35% entre os de esquerda. Sobre o desejo de ter uma arma de fogo, passou de 21% em 2012 para 43% em 2019, o que sintoniza com o acento dado à promessa de legalização do porte de armas durante a campanha de Jair Bolsonaro. Outra temática de costumes foi o apoio a casamentos entre homossexuais, em que 48% dos respondentes disseram ser favoráveis, refletindo a divisão da opinião e, com isso, a relevância conservadora ainda existente no modo como a sociedade brasileira encara essas questões.

Seguindo a leitura de Baquero (2001), apesar de todas as respostas positivas em torno da democracia, o traço democrático do Brasil seria ainda a sua instabilidade permanente, o que defronta a definição clássica da cultura política como o “resultado de um padrão de orientações cognitivas, emocionais e valorativas que, além de estáveis, tornam-se vivas e atuantes ao longo do tempo” (Baquero, 2001, p.102). Para este autor, apenas grandes rupturas históricas seriam capazes de forçar grupos a redefinir tais padrões, o que ainda não ocorreu no país, já que as tentativas de rupturas têm sido justamente com os princípios democráticos e, não raro, até com alguns princípios civilizacionais da modernidade, contradições impulsionadas pelas controvérsias de gestores, coletivos e indivíduos, que discursivamente se utilizam da democracia para justificar ações e atitudes antidemocráticas.

Nesse caldo de cultura tão conflitiva e contraditória, surge com relevância a noção de comunicação como o modo de ser da democracia (Signates, 2012), por apontar para alternativas no sentido de que ampliar e fortalecer os processos comunicacionais devem ser prioritários nesses regimes, a fim de viabilizar relações simbólicas de alta intensidade, por meio das quais os indivíduos possam assumir cada vez mais o lugar de cidadãos. Dentro desse arcabouço teórico, este autor também trabalha com a noção de “gradiente de democraticidade”, sinalizando a ideia de que o regime democrático não é algo que se possa ter pronto e acabado, mas que, em grande sentido, depende da pertinácia de fatores relativamente efêmeros, como os processos comunicacionais de relações e vivência cidadã de base. Nesses termos, quanto mais comunicação, mais democracia, embora, em situações históricas específicas, possa haver comunicação contra a democracia (Signates e Leal, 2020). Outro aspecto importante da lavra deste autor é a questão da necessidade de preservação dos espaços de liberdade como lugares de comunicação, na medida em que “os conflitos e contradições da democracia fazem parte do jogo democrático, sob estrita (porém ampla) condições de se estabelecerem como comunicação” (Signates, 2012, p.14).

Salienta Signates (2012), por fim, que algumas democracias possuem elementos autoritários, mas a possibilidade de discussão comunicativa das regras e normas é o que auxilia a garantir os critérios de democraticidade, pois a comunicação nesse sentido emerge das diferenças e atua na construção dos saberes sociais e simbólicos advindos dessas diferenças. Nesse sentido, quanto mais heterogeneidade, com mais comunicação, configura a possibilidade de mais democracia e conseqüentemente, maior vivência de cidadania.

A década das ações coletivas e suas contradições – foco entre 2015 a 2020.

Os estudos que envolvem os movimentos sociais e as mobilizações coletivas são variados e multidisciplinares. O próprio conceito de movimento social está continuamente em mutação, influenciado pelos contextos históricos, políticos, econômicos, sociais e comunicacionais de cada sociedade, em cada época, e, mais recentemente, pelas tecnologias e redes sociais. Gohn (2011, p.335) define os movimentos sociais como “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas”. Como ação concreta pode assumir diferentes formas e motivações, que vão desde denúncias a pressões indiretas por meio de passeatas, marchas, manifestações, protestos, desobediência civil, negociações, etc., que refletem em mudanças estruturais ou não.

Com a emergência das redes sociais virtuais, surgem novas modificações, impulsionadas pela globalização, de modo que as ações coletivas também vão se alterar, se articulando em formato de rede e na rede (Internet), especialmente depois dos anos 2000 e da web 2.0, que viabilizou que ativismos e demandas locais atingissem patamares e públicos globais. Castells (2013) situa a Primavera Árabe em 2011 como o marco decisivo para esse tipo de mobilização, seguido de uma revolução rizomática na Espanha (Os Indignados) e do *Occupy Wall Street* nos Estados Unidos, eventos que teriam alterado sobremaneira a forma como os movimentos sociais se articulam, debatem e constroem suas mobilizações. O caso típico desse tipo de transformação da ação social coletiva no Brasil foram as chamadas Jornadas de Junho, protestos articulados nas redes sociais, em 2013, que ocuparam as ruas de diferentes cidades do país, batendo recordes de público e demandas, em eventos que geraram bastante recursividade na sociedade e nas redes.

No começo da década, ainda em 2011, o Brasil já assistia a algumas marchas em torno do combate à corrupção, como resposta popular articulada por coletivos que pressionavam o processo do mensalão do PT (Ação Penal 470), além da pressão pela validação da Lei Complementar nº 135 de 2010 (Ficha Limpa) já para as eleições de 2012, mas que não provocaram uma convulsão das ruas, como nos anos seguintes. Já em 2014, a pressão popular atuou contra os altos gastos com a Copa do Mundo da Fifa, mas foi em 2015 que estouraram as demandas e as bandeiras conservadoras, em alguns casos contradizendo os princípios democráticos, observáveis pelos conteúdos dos cartazes que compuseram as cenas dos protestos. A captura comunicacional desse sentimento parece ter sido um dos

componentes mais significativos da vitória de Jair Bolsonaro e dos correligionários do PSL em 2018.

O período em referência foi marcado por diferentes tensões políticas, que em diversos momentos tendeu a incomunicabilidade entre as partes, afastando os indivíduos da possibilidade de construção de uma opinião pública que compreendesse a sua condição de cidadão perante o *Outro* e o Estado. Se sustentarmos a noção de Signates (2012), de que os processos comunicacionais são configurados por tensões entre comunicabilidades e incomunicabilidades, torna-se possível identificar, nos vários tipos concretos de relacionamentos, participações, produções de opinião, bem como possibilidades e limites da 'accountability' nos regimes democráticos, e assim aferir os modos como o Estado e as instituições sociais sediam a contínua e sempre inacabada disputa pela cidadania. Tais âmbitos de atuação social são palcos das tensões comunicativas que sustentam a democracia, articuladas estas tensionalidades nas trocas simbólicas entre os cidadãos, os grupos de pressão e as culturas institucionais que atuam na relação entre sociedade e Estado.

Os protestos pró-impeachment tinham algumas particularidades que marcaram esses movimentos e que sinalizam à pesquisa os componentes culturais que estruturaram esse fenômeno político. Dentre esses elementos, as cores da bandeira do Brasil passaram a representar o 'cidadão de bem', patriota e nacionalista, característica derivada dos protestos de 2013, ressignificada em 2014, e apropriada pelos movimentos anticorrupção e antipetistas de 2015. Ao assumirem, tais mobilizações, um cunho conservador, passaram a assimilar novas singularidades, como, em 2018, a cristã com tendências autoritárias. Leal (2018) identificou 34 manifestações a níveis nacionais entre janeiro de 2015 a dezembro de 2017 com pautas em torno da política, nas quais 8 protestos foram a favor do impeachment de Dilma Rousseff (Contra a Corrupção); 9 contra o impeachment (Contra o Golpe); 11 protestos com o slogan Fora Temer; 3 contra as reformas (previdenciária, trabalhista e do Ensino Médio); 2 a favor da Operação Lava-Jato e apenas um protesto em defesa de Michel Temer.

As mobilizações sempre foram bem demarcadas ideologicamente, com as suas cores, discursos e narrativas durante os atos nas ruas, além das diferentes bandeiras de movimentos sociais que compunham cada arena de luta. As pautas que se mostraram mais conservadoras, antidemocráticas, misóginas e até de cunho fascista começaram a se tornar mais evidentes durante as manifestações a favor do impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff (PT) e contra a corrupção na política, momento em que os discursos circulantes

expressaram o caráter tradicionalista, machista e patriarcal desse segmento da sociedade brasileira, criando uma polaridade nas ruas e nas redes sociais que se consolidaram de forma persistente nas relações políticas, sociais e comunicativas no Brasil até os dias atuais.

A figura abaixo expõe algumas das controvérsias que compuseram a animosidade do período do impeachment e como esse tipo de mentalidade foi ocupando o debate na política, criando uma conflitualidade latente na sociedade brasileira, que acabou fortalecendo posteriormente, a ideologia da extrema direita e discursos de ódio no Brasil durante as eleições de 2018. Esse tipo de narrativa foi sendo naturalizado pelos eleitores mais ressentidos com os partidos de esquerda, principalmente o PT, e serviu de justificação para uma promoção cada vez mais forte do silenciamento do outro – outro “esquerdopata” – ainda que apenas simbolicamente, como se pode inferir a partir da imagem do ‘enforcamento’ da ex-presidenta em um viaduto. A ação de silenciamento do outro pela força ou opressão, ou, como foi o caso, pela manifestação explícita do preconceito, constitui nesses termos o polo da incomunicabilidade, que pode redundar na negação comunicacional da cidadania, mesmo em uma sociedade em que todos são sujeitos de direito, o que expressa uma das mais desafiantes contradições da experiência democrática.



Figura 2: Narrativas antidemocráticas e anti-Dilma que circularam entre 2015/2016.

Fonte: Mosaico montado a partir de Leal (2018).

Nos cartazes, é possível perceber um ataque pessoal à figura da ex-presidenta Dilma, inclusive lamentando que o regime militar não tenha tirado a sua vida, ou ainda atacando a sua aparência física, a sua condição de mulher, sugerindo o suicídio e a morte, onde o que mais impressiona, que em alguns casos, são cartazes empunhados por mulheres. Outra contradição que compunha os contextos de mobilização dos movimentos anticorrupção, era a constante presença de políticos que respondem a processos por corrupção ou algum tipo de improbidade administrativa, os quais em alguns casos foram hostilizados pelos próprios indivíduos que participavam das mobilizações nas ruas. Mas foi Jair Bolsonaro que soube aproveitar o momento, preparando a sua candidatura rumo às eleições de 2018, consolidando sua popularidade nas redes sociais e em viagens pelo Brasil.

Após o impeachment de Dilma Rousseff em agosto de 2016, os movimentos anticorrupção praticamente desapareceram de cena, encerrando um ciclo de mobilizações da direita nas ruas, mas retornando imediatamente seus líderes como candidatos nas eleições municipais. Libório (2016) avalia esse episódio como contraditório, com base no caso típico do MBL, que, após ter se afirmado como um movimento apartidário, terminou por lançar 45 candidatos a vereador e um a prefeito, conseguindo um prefeito no interior de Minas Gerais e sete vereadores, dentre eles Fernando Holiday (DEM), um dos líderes dos protestos nas ruas, que recebeu mais de 48 mil votos pela cidade de São Paulo. Nas eleições seguintes, em 2018, foi a vez de Kim Kataguiri, outro líder do MBL adentrar o mundo da política, eleito deputado federal pelo DEM, além de Rogério Chequer, fundador do Movimento Vem Pra Rua, que disputou o governo do Estado de São Paulo pelo Partido Novo. Assim, parte da vanguarda direitista e conservadora que surgiu ainda no final de 2014, ocupa hoje cargos políticos de grande importância no país.

Em 2017, os protestos Fora Temer foram marcados pela mobilização de movimentos de esquerda que atuaram em frentes amplas como a Frente Brasil Popular e a Frente Povo sem Medo. Parte da sociedade estava insatisfeita com o impeachment e com o governo de Michel Temer (MDB), denunciado em três oportunidades durante o mandato, por corrupção, peculato, obstrução de justiça e organização criminosa. Todavia, nem mesmo os áudios que o incriminavam, foram capazes de mobilizar os coletivos anticorrupção, como ocorrera durante o processo de impeachment, expondo algumas das controvérsias desses movimentos, que se mostraram assim bastante seletivos em suas demandas anticorrupção.

As disputas discursivas e ideológicas se estenderam para a virtualidade das redes sociais, mesmo que de forma rasa, por meio de *memes*, *gifs* e outras linguagens que circulam

nos espaços online e têm tido ressonância nos posicionamentos dos indivíduos, além de servirem de justificativa para o voto e para atitudes de preconceito, segregação e ódio. Esses debates na rede, alimentados por polêmicas, se, por um lado, têm muitos elementos que os tornam intensamente comunicacionais, sustentando práticas democráticas, por outro funcionam no formato das bolhas algorítmicas, cuja lógica de alinhamento de opiniões e preferências termina por restringir as possibilidades de racionalidade comunicativa, ao separar diferenças produtivas, organizar silenciamentos mútuos em grupos de opinião customizada e permitir imposições de visões restritas de mundo. Articuladas dessa forma, os sentidos de verdade em circulação nas redes tendem a converter-se em modelos identitários, para os quais a emergência casual de diferenças produz episódios de violência verbal e simbólica, em meio aos quais os ritos comunicacionais terminam assumindo condições democráticas apenas na aparência, já que as regras não são suficientemente disponíveis aos sujeitos em interação.

No Brasil, podemos situar o ano de 2018 como marco significativo da consolidação do posicionamento conservador na sociedade, numa guinada que tornou uma mera sigla de aluguel, o Partido Social Liberal (PSL), o maior partido de extrema direita do país, ao qual Jair Bolsonaro esteve filiado à época da eleição. Informa Nicolau (2018) que, provavelmente, seria um partido barrado pela cláusula de desempenho, não fosse o fenômeno do bolsonarismo nas eleições referidas, que os fez obter 11,3% dos votos e 10,1% das cadeiras na Câmara dos Deputados, totalizando 52 deputados. A condição de emergência repentina desse partido é um exemplo típico do modo como a erupção da extrema direita ocorreu no Brasil, chamando a atenção da pesquisa política para o exame de suas causalidades.

Durante a campanha política de 2018, houve muita efervescência de fake news nas redes sociais, com destaque para o aplicativo WhatsApp, que fez a diferença pelo compartilhamento massivo de notícias falsas e desinformações envolvendo os candidatos. O candidato Jair Bolsonaro e seus apoiadores fizeram uso em larga escala dessa ferramenta e das estratégias movimentadas por Steve Bannon, que tinham tido sucesso na promoção do Brexit, na Inglaterra, e na eleição presidencial de Trump, nos EUA. Apesar das experiências anteriores, à época isso ainda era um fenômeno novo e largamente desconhecido dos políticos e gestores eleitorais, mas mostrou-se muito eficaz, pois fez com que um candidato politicamente inexpressivo, cuja legenda possuía apenas oito segundos de horário eleitoral televisado, se sagrasse vitorioso, pela apropriação massiva das redes sociais da Internet (sua atuação esteve presente no Facebook, no Twitter, no Instagram e, principalmente, no WhatsApp). Uma última ocorrência, de enorme valor mediático, foi o atentado a faca que Bolsonaro teria sofrido na cidade de Juiz de Fora (MG), que o

hospitalizou por todo o restante do período de campanha, afastando-o providencialmente dos debates políticos televisados, nos quais seu desempenho era sofrível, e também dos atos nas ruas, mas conferindo a ele a aura mítica das lideranças vitimadas.

Um interessante evento que ocorreu na época da campanha foi o movimento #EleNão, uma manifestação organizada por mulheres, a partir de um perfil no Facebook, que ocupou as ruas de todo o Brasil e em cerca de 50 outros países, dias antes da eleição de primeiro turno. As mulheres nas ruas rejeitaram publicamente a candidatura e as posturas públicas misóginas e preconceituosas de Jair Bolsonaro. Segundo a pesquisadora Céli Regina Jardim Pinto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o #EleNão tinha um significado composto de vários outros, começando pela indignação das mulheres, mas que englobou outras questões, como a defesa da democracia e dos direitos humanos (Rossi, Carneiro, Gragnani, 2018). Contraditoriamente, porém, as manifestações de rua das mulheres terminaram por conferir um reconhecimento público da centralidade de Bolsonaro naquele momento da política brasileira. Ao combaterem-no, elas o lançaram no centro do tabuleiro e efetivaram sua presença como um dos polos da polarização que se cristalizava.



Figura 3: Mosaico de imagens dos protestos #EleNão e #EleSim - 2018.

Fonte: Fonseca (2018); Pinheiro-Machado (2018).

Em sua leitura, o movimento #EleNão atuou contra o fascismo, o racismo e a naturalização dos crimes da ditadura, tratando-se de uma mobilização a favor da diferença. O movimento teve predominância mais à esquerda e centro-esquerda, mas englobou outras bandeiras, como grupos evangélicos, de policiais, artistas, membros de torcidas organizadas de grandes clubes de futebol, entre outros. As redes sociais foram determinantes para a organização das ações, distribuindo hashtags das mais variadas possíveis (#EleNunca; #ElasSim; #MulheresContraBolsonaro; etc.), além da divulgação dos pontos de encontro como apontou Rossi, Carneiro e Gragnani (2018). Essa mobilização desencadeou uma resposta na rede intitulado #EleSim, que também saiu às ruas, mesmo em menor escala, o que colocou mais uma vez em evidência Jair Bolsonaro, uma semana antes da eleição, realimentando a polaridade política no país entre esquerda e direita, com pautas feminista e antifeminista, onde as mulheres foram as protagonistas de ambos os lados da disputa.

Já em 2019, em pleno governo Bolsonaro num contexto pré-pandemia, os protestos foram em torno da defesa da educação, contra o contingenciamento de verbas nas áreas de desenvolvimento, ciência e tecnologia, o ataque deliberado do ex-ministro da Educação Abraham Weintraub às instituições federais de ensino superior, principalmente em relação às Ciências Humanas, além da insatisfação com a reforma da previdência impulsionada pelo governo. Foram as primeiras grandes manifestações contra o atual presidente, ocorrendo dois atos nas ruas em maio, momento em que o dia 15 foi declarado como o Dia Nacional de Greve na Educação. Depois, ocorreram mais mobilizações nos meses subsequentes, com a agregação de outras demandas educacionais.

Segundo reportagem do El País Brasil, a “mobilização por educação confronta bolsonaristas nas redes e testa força nas ruas” (Jucá, 2019). Houve na época uma grande movimentação no Twitter contra os cortes, liderando o contra-ataque à difamação das instituições de ensino que circulou nos grupos de WhatsApp, cuja tendência era de maior circulação de desinformação, e que foi extremamente importante para que a popularidade de Jair Bolsonaro aumentasse entre os brasileiros. Essas mobilizações eram organizadas por bandeiras mais tradicionais de luta política, como os movimentos estudantis, sindicatos, partidos políticos de esquerda, professores e trabalhadores, geralmente confrontados por atos pró-Bolsonaro e suas políticas na área. 2019 foi também um ano de muitos conflitos nas redes sociais em torno de questões sobre o meio ambiente, principalmente, em relação às queimadas na Amazônia, momento em que o presidente tornou-se o epicentro de várias das controvérsias que circularam nas redes, inclusive criando conflitos com líderes de outras nações, como o presidente francês Emmanuel Macron.

O último marco mobilizatório da década foi justamente o ano de 2020, início da pandemia do novo coronavírus (Covid-19), que se alastrou pelo mundo rapidamente e matou milhões de pessoas em poucos meses. No Brasil, a pandemia escancarou as desigualdades sociais e também alargou a distância entre os que apoiam e os que são contra o governo de Jair Bolsonaro. A postura comunicativa do presidente fez crescer controvérsias em torno do assunto, desencadeando uma série de manifestações populares em seu apoio e contra as medidas de isolamento social impostas pelos governadores de Estados, criando várias tensões comunicacionais, a maioria certamente desnecessárias, sobre temas em geral negacionistas, como os verdadeiros efeitos nocivos do vírus, a eficácia do uso de máscara e do distanciamento social, ou ainda no uso de determinadas drogas como a ivermectina e a hidroxicloroquina para o tratamento precoce da doença.

As narrativas negacionistas que circularam nas redes sociais foram fortemente incentivadas pelo próprio presidente e seus seguidores, que saíram sem proteção às ruas, promovendo aglomerações pelo país, além de carreatas e intensas mobilizações virtuais e presenciais, ignorando as recomendações médicas e sanitárias. Numa busca rápida no site G1, identificamos 11 atos pró-Bolsonaro (anti-isolamento, pró-economia e antivacina), incluindo buzinações em frente a hospitais e hostilização de profissionais da saúde por parte dos bolsonaristas, e apenas quatro atos contra o presidente em todo o país. Em uma análise realizada em maio, foi constatado que “Bolsonaro esteve, em média, em uma aglomeração por dia durante a pandemia” (Sandes, 2020), prática que se manteve com frequência, demonstrando total descaso com o vírus por parte da autoridade máxima da nação.



Figura 4: Atos pró-Bolsonaro e anti-isolamento durante a pandemia em 2020.

Fonte: El País (2020); UOL Notícias (2020).

Segundo Lichotti (2020), uma pesquisa realizada pelo *Pew Research Center* mostrou que quando o assunto é ciência, “o Brasil é uma espécie de exceção mundial”, pois os brasileiros são os que menos acreditam que o que os cientistas fazem é o melhor para a sociedade, de modo que 36% dos entrevistados afirmaram confiar pouco ou nada nos cientistas, e apenas 23% acreditam muito nas atitudes dos cientistas, ao passo que somente 8% acreditam que as realizações dos cientistas no Brasil estão acima da média internacional, correspondendo ao índice mais baixo de todos os países pesquisados. Outro problema identificado na pesquisa e que pode influenciar nas atitudes negacionistas dos indivíduos foi a compreensão sobre os assuntos científicos. Foi constatado no estudo de Lichotti (2020) que “para 68% dos brasileiros, o público geral não tem conhecimento suficiente para entender as notícias sobre descobertas científicas – para a maioria, esse é o maior entrave do processo comunicacional”.

A pandemia forneceu elementos para regar a polaridade nas redes, e facilitou o surgimento de uma infodemia² em torno do assunto, de tal forma que a desinformação e as

² Infodemia é um termo mundialmente consagrado, cujas bases de definição encontram-se na Organização Panamericana de Saúde, como sendo “grande aumento no volume de informações associadas a um assunto específico, que podem se multiplicar exponencialmente em pouco tempo devido a um evento específico, como a pandemia atual. Nessa situação,

fake news se destacaram, inclusive compartilhadas pelo próprio presidente Jair Bolsonaro. A agência de checagem *Aos Fatos* identificou 915 declarações falsas ou distorcidas do presidente sobre o coronavírus, de janeiro a dezembro de 2020, chegando a emitir 41 declarações no dia 28 de junho. A anomalia de um presidente da república que propaga insistentemente informação falsa ou distorcida, num momento histórico de colapso político, econômico, social e de saúde pública, constitui um dos mais graves sinais da crise generalizada na qual nos encontramos.

Considerações finais

O contexto da crise política brasileira, aprofundada pela pandemia do novo coronavírus, exhibe com grande nitidez os elementos culturais e comunicacionais que a tornam possível e complexa. Alguns desses elementos, contudo, parecem exigir reformulações importantes dos parâmetros teóricos tradicionais das ciências sociais, na medida que a realidade social obriga a questionar certos pressupostos, sob os quais se compreendia a democracia e seus modos de comunicação. Apesar dos limites do que se pode desenvolver, nas dimensões de um artigo, tratamos, nestas considerações finais, ao menos de alguns vetores de tais reformulações, quiçá úteis para aprofundamentos posteriores.

Um desses vetores é, certamente, a compreensão do significado comunicacional dos movimentos sociais no processo democrático. É pacífico que seja da natureza do regime democrático a garantia de liberdades civis aos cidadãos para que os promovam, reconhecendo que carregam conteúdos conflitivos importantes, tanto para colocar diques na vontade de poder dos governantes, como para sensibilizar o sistema político na direção da conquista e na permanência dos direitos, assim como, também, para impulsionar transformações que se tornem cultural e historicamente necessárias. Não há democracia, enfim, sem o direito cidadão à manifestação pública do sentimento e da vontade popular.

É de se esperar, portanto, que os movimentos sociais cumpram uma função educativa na sociedade. Como afirma Gohn (2011, p. 333), “uma das premissas básicas a respeito dos movimentos sociais é: são fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes. Entretanto, não se trata de um processo isolado, mas de caráter político-social”. Segundo ela, é necessário identificar as redes que são estabelecidas pelos movimentos na ação prática, e ter consciência que a conjuntura política, econômica e social interfere na dinâmica e nas

surtem rumores e desinformação, além da manipulação de informações com intenção duvidosa. Na era da informação, esse fenômeno é amplificado pelas redes sociais e se alastra mais rapidamente, como um vírus” (OPA, 2020).

articulações que são formadas. Para Gohn (2011, p. 333), “essas redes são essenciais para compreender os fatores que geram as aprendizagens e os valores da cultura política que vão sendo construídos no processo interativo”. Pontua ela ainda que os movimentos sociais atuais se utilizam em larga escala das redes sociais e dos diferentes meios de comunicação e informação para construir as suas mobilizações, exercitando aquilo que Habermas chamou de agir comunicativo, de modo que a criação e o desenvolvimento de novos saberes advindos dessas redes são produtos dessa comunicabilidade.

Poderíamos sintetizar tais considerações, afirmando que os movimentos sociais são dispositivos comunicacionais de luta pela legitimação, por meio da visibilidade pública, a que ocorrem segmentos expressivos da sociedade, dentro da condição democrática. A contradição desse processo está hoje na compreensão do inesperado significado da existência de movimentos sociais que fazem prosperar a vontade popular **contra** a democracia ou **contra** os direitos. O exercício comunicacional de aspirações incomunicacionais parece ser um desafio conceitual relevante, para uma teorização que, tanto na sociologia quanto na ciência política, emergiram da observação de movimentações populares de contestação ao autoritarismo, ao arbítrio ou ao predomínio da força sobre a razão comunicativa fundadora das esferas públicas.

Ora, sempre pareceu incontestável que, pela atividade comunicacional pública que acionam, os movimentos sociais constituem parte indelével das garantias de comunicabilidade que estruturam por dentro da experiência democrática. Entretanto, os sentidos comunicacionais tangidos por esses dispositivos nem sempre reforçam posições democráticas, como a realidade brasileira da pandemia, sob Bolsonaro, demonstra faticamente. Em outros termos, defrontamo-nos com a exigência teórica de compreender como a movimentação popular pode operar solapando as próprias bases éticas e políticas de sua própria condição de existência.

É possível admitir que, episodicamente, as sociedades em condições históricas de vésperas de fechamento institucional sejam caracterizadas por parcelas da população nas ruas, apoiando segmentos extremistas de índole autoritária. A Itália imediatamente anterior à ascensão de Mussolini, Portugal às vésperas do salazarismo, a Alemanha logo antes da noite dos longos punhais, foram experiências que surpreenderam movimentos de rua, patrocinando a violência política, com o fato culminante da instalação de ditaduras. Entretanto, não consta em nenhuma dessas movimentações a reivindicação contra direitos ou ofensiva à condição democrática. Tratava-se, sem dúvida, da captura dos anseios populares pela vontade golpista, como também percebemos no Brasil, com os dados

demonstrados por este trabalho. Tanto o golpe que impôs a queda de Dilma, quanto a quase explícita vontade golpista do bolsonarismo, podem ser caracterizados por essa captura de angústias sociais por grupos extremistas.

Ocorre no Brasil, contudo, uma peculiar desconfiança da própria condição democrática que decorre em expectativas autoritárias exacerbadas, cujo conteúdo comunicacional e político exige um estudo a partir de seus próprios termos. É preciso saber quais sentidos comunicacionais são acionados, a fim de compreender como essa contradição é possível. A exigência específica de compreender uma comunicabilidade que reivindica incomunicabilidade parece ser um desafio tão impressionante quanto identificar por que, mesmo após a morte inútil de meio milhão de pessoas numa pandemia não foram capazes de potencializar revolta popular suficiente para destituir um governo que claramente negligencia as medidas sanitárias básicas de proteção da população.

A sabedoria política popular costuma dizer que o Brasil não é para amadores. Poderíamos acrescentar dizendo que a democracia brasileira ainda não é uma experiência cidadã ou que a cidadania brasileira não é uma experiência democrática. Ante os dados analisados por este trabalho, admitimos a hipótese de que falta comunicabilidade nos vínculos entre democracia e cidadania, dentro da vivência social da população brasileira. A redução da democracia aos processos eleitorais, sem uma cultura de alta participação popular, isto é, ratificadora da hegemonia política de uma elite excludente, combina de forma áspera com a redução da cidadania a uma condição subcidadã (Souza, 2018) baixa percepção dos direitos, com a legitimação de sua distribuição desigual, na configuração das classes.

Isso já é sabido, mas não é o bastante. É preciso acrescentar um terceiro elemento, que foi o objeto deste trabalho: a constituição de redes e dispositivos comunicacionais que se afirmam e prosperam em reforço dessas contradições. Trata-se, hipoteticamente, de comunicação que separa, ao invés de reunir, os elementos estruturantes da democracia dos elementos vivenciais da cidadania. Uma comunicabilidade regada de pós-verdade, protegida pela incomunicabilidade propiciada por bolhas algorítmicas intensamente alimentadas de *fake news*, com elevado potencial de mobilização de sentimentos justos e concretos na direção contrária a seus próprios interesses.

Essa realidade comunicacional, surpreendida pela pesquisa que baseou este trabalho, parece um produto conspiratório, mas, é forçoso frisar, seria também reducionista considerá-la assim. Trata-se da própria cultura política de um país que libertou seus escravos para lança-los na miséria, que convive a décadas com empregadas domésticas que

passam a vida inteira sem expectativas de direitos trabalhistas básicos, que veste os negros de uniforme policial para que chacinem negros nas próprias regiões onde moram, que extermina gays e mulheres na intimidade de seus próprios lares, e que, sobretudo, só se surpreende ou se indigna com cada uma dessas coisas se elas atingirem violentamente alguém da classe alta.

Somente um país assim tornaria possível uma comunicabilidade pública que prosperasse contra suas próprias condições comunicacionais. Contudo, se podemos considerar certos enraizamentos históricos, é preciso saber mais: é necessário perscrutar as redes comunicacionais que se formam em regime de reiteração constante, que atualizam tais sentidos, para entender como funcionam. É indispensável prosseguir pesquisando, a fim de que haja conhecimento suficiente para apontar à própria sociedade brasileira as condições de transformação que o atual momento histórico exige. A disjunção entre cidadania e democracia é um problema comunicacional que exige conhecimento para ser superado. O Brasil pós-pandemia é um país a ser reconstruído.

Bibliografia

- Aos Fatos. (2021) *Em 741 dias como presidente, Bolsonaro deu 2228 declarações falsas ou distorcidas*. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/todas-as-declara%C3%A7%C3%B5es-de-bolsonaro/>. (Acesso: 13 de janeiro 2021).
- Avelino, G. (2019) ‘Opinião Pública Brasileira e seu lugar no Barômetro das Américas’, CEPESP (FGV-SP). LAPOP, *Americas Barometer*, 2019. Disponível em: http://www.cepesp.io/uploads/2019/06/VozesBrasil_LAPOP_DisseminationBrazil_June2019.pdf. (Acesso: 28 de dezembro de 2020).
- Baquero, M. (2001) ‘Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo’, *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, 15(4), p. 98-104. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000400011. (Acesso: 20 de dezembro de 2020).
- Castells, M. (2013) ‘Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet’; tradução Carlos Alberto Medeiros. - 1º ed. – Rio de Janeiro: Zahar.
- Chauí, M. (1995) ‘Cultura política e política cultural’, *Estudos Avançados*, 9(23), p. 71-84. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141995000100006. (Acesso: 19 de dezembro de 2020).
- Corporación Latinobarómetro. (2018) ‘Opinión Pública Latinoamericana’. Disponível em:

<https://www.latinobarometro.org/lat.jsp>. (Acesso: 03 janeiro de 2021).

Gohn, M. G. (2011) ‘Movimentos Sociais na Contemporaneidade’, *Revista Brasileira de Educação*, 16(47), p. 333-361. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>. (Acesso: 21 de dezembro de 2020).

Fonseca, M. (2018) ‘15 imagens que resumem os atos a favor e contra Jair Bolsonaro pelo Brasil’. *Exame*. Disponível em: <https://exame.com/brasil/15-imagens-que-resumem-os-atos-a-favor-e-contra-jair-bolsonaro-pelo-brasil/>. (Acesso: 11 de janeiro de 2021).

Fotos: Manifestações pelo Brasil neste domingo. (2015) *G1*. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/fotos/2015/03/fotos-manifestacoes-pelo-brasil-neste-domingo-15.html#F1566806>. (Acesso: 13 de janeiro de 2021).

Foucault, M. (2013) ‘O Espírito de um Mundo sem Espírito’, in Motta, M. (Org) and Paranhos, A. L. P. (Trad) *Michel Foucault/Repensar a Política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 258-270. (Ditos e Escritos; VI).

Jucá, B. (2019) ‘Mobilização por educação confronta bolsonaristas nas redes e testa força nas ruas’. *El País Brasil*, São Paulo. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/14/politica/1557853974_560498.html. (Acesso: 23 de fevereiro de 2021).

Leal, M. R. C. (2018) ‘*Net-ativismo e o discurso anticorrupção no Brasil entre duas controvérsias: #Vem Pra Rua e #Não Vai Ter Golpe*’, Goiânia: Universidade Federal de Goiás. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/8979>. (Acesso: 17 de janeiro de 2021).

Libório, B. (2016) ‘Movimentos pró-impeachment, MBL elege um prefeito e sete vereadores. Aos Fatos’, São Paulo. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2016/noticias/2016/10/02/desempenho-do-mbl-nas-urnas.htm>. (Acesso: 21 de fevereiro de 2021).

Lichotti, C. (2020) ‘Brasil de Costas para a ciência’. *Revista Piauí*. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/brasil-de-costas-para-ciencia/>. (Acesso: 25 de janeiro de 2021).

McLuhan, M. (2005) ‘*Os meios de comunicação como extensão do homem*’. São Paulo: Cultrix.

‘Manifestações pró e contra Bolsonaro acontecem hoje pelo país’. (2020) *UOL Notícias*. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/album/2020/06/07/manifestacoes-pro-e-contra-bolsonaro-acontecem-hoje-pelo-pais.htm?mode=list&foto=46>. (Acesso: 27 fevereiro de 2021).

Nicolau, J. (2018) ‘O triunfo do Bolsonarismo. Como os eleitores criaram o maior partido de extrema direita da história do país’, *Revista Piauí*. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-triunfo-do-bolsonarismo/>. (Acesso: 21 janeiro de 2021).

Organização Panamericana de Saúde – OPA (2020) *Entenda a infodemia e a desinformação na luta contra a Covid-19*. Página informativa nº 5. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/52054?locale-attribute=pt>. (Acesso: 13 de maio de 2021).

- Pinheiro-Machado, R. (2018) 'Mulheres pró-Bolsonaro: grupo no Facebook revela medo da ditadura da baranga', *The Intercept Brasil*. Disponível em: <https://theintercept.com/2018/10/02/mulheres-pro-bolsonaro-feminista-antifeminino/>. (Acesso: 22 de janeiro de 2021).
- 'Quem encara as aglomerações (e arrisca a saúde) por Bolsonaro', em imagens. (2020) *EL PAÍS BRASIL*, Brasília. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2020/05/17/album/1589743637_169021.html#foto_gal_3. (Acesso: 16 de fevereiro de 2021).
- Rossi, A; Carneiro, J. D; Gragnani, J. (2018) '#EleNão: A manifestação histórica liderada por mulheres no Brasil vista por quatro ângulos'. BBC News Brasil em São Paulo, Rio de Janeiro e Londres. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>. (Acesso em: 24 de fevereiro de 2021).
- Sandes, A. (2020) 'Bolsonaro esteve, em média, em uma aglomeração por dia durante a pandemia', Coronavírus, *UOL*, São Paulo. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/17/bolsonaro-esteve-em-media-em-uma-aglomeracao-por-dia-durante-a-pandemia.htm>. (Acesso: 14 de janeiro de 2021).
- Signates, L. (2012) 'Epistemologia da Comunicação na Democracia: a centralidade do conceito de comunicação na análise dos processos políticos', *Revista Novos Olhares*, 11(1), p. 7-18. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/novosolhares/article/view/51443>. (Acesso: 23 de fevereiro de 2021).
- Signates, L.; Moraes, A. (2016) 'A cidadania como comunicação: estudo sobre especificidade comunicacional do conceito de cidadania', in Moraes, A. and Signates, L. (Org). *Cidadania comunicacional: teoria, epistemologia e pesquisa*. Goiânia: Gráfica UFG, p. 15-35.
- Signates, L. (2019) 'Nostalgia e demonização: o senso comum do apoio ao intervencionismo militar no Brasil antes de Bolsonaro', *Revista Novos Olhares*, 8(11), p. 20-32. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/novosolhares/article/view/153583/154356>. (Acesso: 23 de fevereiro de 2021).
- Signates, L.; Leal, M. (2020) 'A negação comunicacional da cidadania: o que as fake news do bolsonarismo têm a nos ensinar sobre comunicação', in Braga, C.; Tuzzo, S. and Martins, C. (Org). *Comunicação, Estado e cidadania*. Goiânia: Cegraf/UFG, p. 61-76.
- Souza, J. (2018) '*Subcidadania brasileira: para entender o país além do jeitinho brasileiro*. São Paulo: Leya.